

I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

MULHERES QUILOMBOLAS, TRABALHO E RESISTÊNCIAS A QUILOMBAGEM, GRUPOS ESPECÍFICOS E DIFERENCIADOS

Josimara Delgado, (UFBA)¹
josimaradelgado@gmail.com
Milena Freitas Machado, (UFBA)²
milena.ssfreitas@gmail.com

RESUMO O texto discute uma experiência de pesquisa cujo tema é a trajetória de vida de mulheres quilombolas em comunidades marcadas por conflitos territoriais no estado da Bahia. O objetivo é discutir a relação entre trabalho, proteção social e resistência na história dessas mulheres. A base do estudo é o materialismo dialético histórico e a história de vida. Os resultados apontam para a exploração de seu trabalho e a desproteção social.

PALAVRAS-CHAVE: Quilombolas. Mulheres. Resistência. Trabalho.

INTRODUÇÃO E METODOLOGIA.

Esse texto propõe apresentar e discutir uma experiência de pesquisa desenvolvida no âmbito do grupo de pesquisa *Desigualdades Sociais, Políticas Públicas e Serviço Social* (IPSS-UFBA), cujo tema central é a trajetória de vida de mulheres quilombolas, inseridas em comunidades marcadas por conflitos no estado da Bahia. O objetivo é analisar a relação entre trabalho, proteção social e resistência na história dessas mulheres. Essa experiência é composta por pesquisas de doutorado e pós-doutorado de duas assistentes sociais, envolvidas com estudos de gênero e feminismos, as quais, aqui, serão analisadas em conjunto, como um campo mais amplo de investigação sobre o tema.

¹ Docente da Universidade Federal da Bahia (UFBA), doutora em Serviço Social.

² Pós doutoranda no PPGNEIM-UFBA.

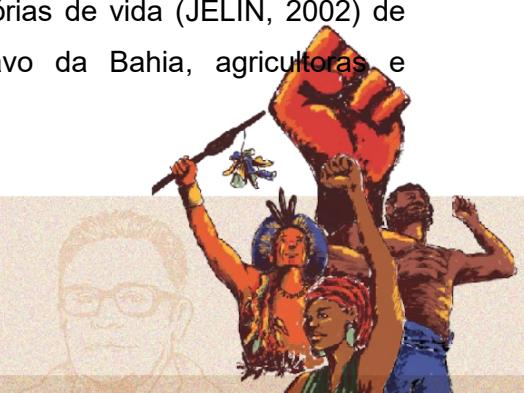


I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

A abordagem teórico-metodológica que conduziu as investigações foi a materialista dialética histórica (MARX, 1982,). Assim, uma das bases do trabalho foi buscar compreender a questão quilombola a partir da recuperação histórica da particularidade concreta da formação social brasileira. Desse modo, no campo dos fundamentos históricos e teóricos que circunscrevem o objeto das pesquisas, a formação social brasileira foi tomada como processo histórico marcado estruturalmente pelo colonialismo, a dependência (MARINI, 2011), a escravização (GORENDER, 2016) e o patriarcado (FALQUET; ABREU; 2014), elementos fundamentais para a compreensão do racismo e sexismo formadores de nossas relações sociais e da expropriação das populações negras e especialmente das mulheres negras, em relação às várias formas de riquezas produzidas socialmente (GONZALEZ, 2020), inclusive contemporaneamente, no contexto da crise e da financeirização do capital, contexto em que se intensificam a expropriação e mercantilização de territórios. Assim, se durante muito tempo, esse tipo de conflito pelo direito à terra não teve muita visibilidade política nas lutas sociais no Brasil, nesse contexto de crise, eles recrudescem e se publicizam, traduzindo de forma contundente, tanto o custo humano que o capitalismo pode gerar sobre territórios e corpos quanto as potências coletivas que tais corpos e territórios representam para as resistências e a vida presentes, o que pode e tem sido denominado de partir do significante “quilombagem” (MOURA, 2014).

Pensar as condições de trabalho e proteção social das mulheres negras e seus movimentos de luta e resistência nos territórios é tocar em questões que conseguem traduzir eixos centrais das contradições do capitalismo na atualidade. É nesse sentido que, nessa experiência de pesquisa, a entrada nos territórios tem se dado sob a condução das mulheres, como narradoras (BENJAMIN, 1985) que, a partir de sua condição como trabalhadoras, negras, quilombolas, permitem conhecer suas trajetórias de lutas e resistência cotidiana, mas também sua realidade de trabalho produtivo e de reprodução, em um contexto no qual as condições para essa reprodução são precárias e mercantilizadas (VERGÈS, 2020), revelando a desproteção social em que se encontram. Em terras quilombolas, esse trabalho de reprodução é fortemente afetado pelo ataque ao solo e às águas, fontes de recursos para a sobrevivência, o que dificulta ainda mais a vida das mulheres.

De forma objetiva, as pesquisas a que nos referimos foram baseadas, além de por esse debate teórico, por uma pesquisa de campo baseada em histórias de vida (JELIN, 2002) de mulheres quilombolas, moradoras do território do Recôncavo da Bahia, agricultoras e



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

marisqueiras, de gerações distintas. As entrevistas foram feitas entre 2018 e 2025, com a utilização de roteiros semiestruturados.

RESULTADOS

De um modo geral, as pesquisas realizadas apontam para um conjunto de elementos que nos permitem realizar várias análises acerca de muitos aspectos, mas sobretudo, sobre o trabalho e a proteção social das mulheres quilombolas. Para fins didáticos, apresentaremos de forma pontual os principais achados da pesquisa.

- A atividade laboral das marisqueiras é de risco ocupacional, em decorrência dos movimentos repetitivos, da poluição das águas e do manguezal e, sobretudo, da carga horária excessiva de trabalho diariamente, que se conjuga com as atividades de reprodução social (Pena; Freitas; 2014).
- Em todas as etapas do processo produtivo da mariscagem, não há a presença de ferramentas e/ou instrumentos com alta tecnologia, sendo todo o processo realizado a partir de uma carga excessiva de trabalho, que demanda um dispêndio de energia e força do corpo dessas mulheres, evidenciando um esforço repetitivo de movimento e uma sobrecarga inimaginável.
- A jornada média de trabalho da marisqueira, juntando todas as etapas do processo produtivo, é de 8 a 10 horas, dependendo da maré. Normalmente, elas não têm um intervalo fixo para o descanso ou entre uma etapa e outra, além de conciliarem trabalho produtivo e de reprodução naquelas etapas do processo produtivo da mariscagem que podem ser feitas dentro das casas.
- As atividades agrícolas são bastante precarizadas e, dependendo da comunidade, estão inviabilizadas, por intervenções no solo e nas águas, quer por processos de contaminação dos recursos naturais, quer por esgotamento deles.
- Há uma precarização dos serviços ofertados na comunidade, uma dificuldade no acesso à saúde pública e assistência social para as mulheres quilombolas, e a inexistência de um programa no âmbito da equipe da estratégia de saúde da família, que atenda as particularidades da saúde integral das mulheres em todas as gerações. Todos esses elementos são intensificados na atual conjuntura de desmantelamento dos direitos sociais, que impactam substancialmente na vida dessas mulheres.



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

- Nas questões relativas à inserção das trabalhadoras quilombolas no âmbito da Previdência Social, elas estão incluídas na condição de seguradas especiais dentro do sistema previdenciário, como pescadoras artesanais e trabalhadoras do campo.
- Nas comunidades, há um número significativo de trabalhadoras idosas que não se aposentaram e que, portanto, recebem o Benefício da Prestação Continuada (BPC).
- A divisão sexual do trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2007) é muito presente, havendo uma ausência muito marcada dos homens nas atividades de cuidado e reprodução social.
- As demandas por cuidados são muito altas, tanto no tocante às crianças, como pessoas doentes e pessoas idosas e ela recai sobre as mulheres, inclusive as idosas.
- As mulheres idosas ainda acumulam atividades domésticas, sendo, em muitos casos, as responsáveis por domicílios e até por mais de uma casa, cuidando de sobrinhos, irmãos, netos.
- No conjunto, as mulheres quilombolas, quer atuando como líderes de suas associações, quer trabalhando na terra e na mariscagem ou fazendo o trabalho de reprodução social, integram importantes estratégias de resistência pela manutenção do direito ao território contraestruturas racistas e patriarcais, inclusive em suas relações interpessoais nas comunidades, onde lutam contra o machismo e o sexism.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Os territórios quilombolas no estado da Bahia (re) existem às inúmeras investidas do capital financeiro e do Estado que expropriam e se apropriam do território quilombola, impossibilitando a plena efetivação do direito constitucional ao território.

A ineficiência do Estado em garantir o acesso a um sistema de proteção social à população quilombola, sobretudo a regularização fundiária destes territórios, que são constantemente alvos do grande capital, para viabilização de grandes empreendimentos, a partir da lógica do extrativismo neoliberal, seja na área de mineração, hidrelétricas, produção e exploração de petróleo, parques eólicos, dentre outros empreendimentos destrutivos da natureza, mas lucrativos para o capital.

Estando no cerne das contradições da sociedade capitalista, colonial, cis-heteropatriarcal e racista, as mulheres negras encarnam o custo humano promovido por esse sistema, mas, ao mesmo tempo, dessa condição emerge, não de forma essencializada, mas socialmente construída,



I SEMINÁRIO: FORMAÇÃO ANTIRRACISTA NO SERVIÇO SOCIAL

uma determinada vivência do capitalismo que pode redundar em formas de conhecimento e ação radicalmente críticos a esse sistema. Assim, o trabalho com narrativas de mulheres quilombolas, trabalhadoras e negras contribui para trazer, ao plano dos debates públicos e contemporâneos, experiências profundas e ricas em indicativos para os caminhos da luta por direitos e por emancipação.

Referências

- BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e técnica, arte e política; ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- FALQUET, Jules; ABREU, Maíra. **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 101-174.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica *In:* RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (org). **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Zahar, p.49-64, 2020.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 37, n. 13, p. 595-609, 2007.
- JELIN, Elizabeth. **Os trabalhos da memória**. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.
- MARINI, Ruy M. Dialética da dependência *In:* TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Org.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. 5ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi / Fundação Maurício Grabois, 2014.
- PENA, Paulo Gilvane Lopes; FREITAS, Maria do Carmo Soares. Condições de trabalho da pesca artesanal de mariscos e riscos para LER/DORT em uma comunidade pesqueira da Ilha de Maré-Bahia. *In:* PENA, Paulo; MARTINS, Vera (Orgs.). **Sofrimento negligenciado**: Doenças do trabalho em marisqueiras e pescadoras artesanais. Salvador: EDUFBA, 2014.
- TABET, Paola. Mão, instrumentos, armas. *In:* FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia; FALQUET, Jules; ABREU, Maíra. **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas. Recife: SOS Corpo, 2014, p. 101-174.
- VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu, 2020.

